

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 782.201 - RJ (2015/0234245-1)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : CASSIO ROBERTO TAPAJOS PEREIRA**  
**ADVOGADOS : ABELARDO DE OLIVEIRA FLORES E OUTRO(S) - MG079889**  
**LUIZA CAROLINA DE SOUZA MORAES - MG105813**  
**AGRAVADO : FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**ADVOGADOS : JOÃO ANDRÉ SALES RODRIGUES - PE019186**  
**LUIZ RICARDO DE CASTRO GUERRA - PE017598**  
**DANIEL PAULO VICENTE DE MEDEIROS E OUTRO(S) - RJ132052**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 416, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO. TERMO DE MIGRAÇÃO PARA NOVO PLANO.

Ação proposta pelo apelante através da qual afirmou que se inscreveu no Plano de Benefícios Site - PBS, o qual foi sucedido pelo Plano TelemarPrev. Informou que, em 2009, quando iniciou o recebimento do benefício contratado, constatou que o montante encontrava-se defasado, desrespeitando o Regulamento.

Requeru o recalcule do benefício, pagamento corrigido das diferenças e verba compensatória.

1-Quanto à alegação de que a sentença pronunciou a prescrição, nada a prover, na medida em que, muito pelo contrário, a magistrada a quo deixou de pronunciá-la.

2-O autor, ao aderir ao novo plano, renunciou às regras do primeiro, anuindo com as condições deste último. Na data da assinatura do Termo de Migração (04/11/2000), o autor possuía 22 anos de vinculação ao Plano PBS e 45 anos de idade.

Portanto, apesar de possuir mais de 10 anos de vinculação, não havia preenchido o requisito de idade mínima. Destarte, o benefício foi calculado proporcionalmente ao tempo de vinculação, considerando o início do recebimento apenas quando completado o requisito etário. Como se vê, o direito do autor está amparado no regulamento que concedeu o benefício, razão pela qual a sentença não merece reparo. Por óbvio que a adesão à previdência complementar é facultativa (art. 202, CRFB), no entanto, submete-se às disposições da Lei Complementar nº 109/2001.

# Superior Tribunal de Justiça

Recurso desprovido, nos termos do voto do desembargador relator.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta violação aos arts. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, e arts. 14 e 15 da Lei Complementar nº 109/01.

Sustenta que *"A não utilização da reserva matemática na base de cálculo do benefício de Aposentadoria Ordinária do recorrente, pela recorrida, contraria a disposição dos arts. 14 e 15 da LC 109/01, que determinam, taxativamente, a transferência total dos recursos acumulados pelo participante no Plano anterior, para o novo Plano, sob pena de afronta ao direito adquirido"* (fl. 439, e-STJ).

Sem contrarrazões.

O recurso especial não foi admitido na origem, conforme a decisão de fls. 446-449 e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Quanto à apontada violação ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal sobreleva destacar que *"Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal"* (AgInt nos EREsp 1.082.463/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 1/2/2019).

Nesse mesmo sentido: (EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EAREsp 586.541/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, DJe 27/8/2019).

O recurso especial não merece prosperar.

Ao examinar a controvérsia, o Tribunal de origem concluiu que a migração do segurado para novo plano de previdência privada, afastou a possibilidade de eventuais reclamos acerca de benefício contido no plano anterior, porquanto, houve expressa renúncia nesse sentido, conforme se verifica (fls. 63-64, e-STJ):

O autor aderiu ao Plano PBS em 13/12/1977 e, em 04/11/2000,

# *Superior Tribunal de Justiça*

assinou o Termo de Transação e Adesão de Migração para o Plano TelemarPrev (cópia no anexo), do qual ora se transcreve trecho:

Na qualidade de participante do Plano de Benefícios da Sistel – Telemar PBS-Telemar, venho, nos termos do presente instrumento, transacionar minha participação no referido Plano, aderindo, nesta data, ao plano de benefícios TelemarPrev da Sistel, na forma do seu Regulamento, do qual, como participante signatário, declaro ter pleno conhecimento e aceitar em todos os seus termos e condições.

Declaro, ainda, após o recebimento do Regulamento do Plano de Benefícios TelemarPrev, e a correspondente cartilha, ter pleno conhecimento e aceitação de que a presente adesão ao Plano de Benefícios TelemarPrev implica a renúncia expressa ao Plano de Benefícios da Sistel – PBS-Telemar, outorgando plena, rasa e geral quitação a todo e qualquer direito que tenha adquirido ou venha a adquirir em relação ao PBS-Telemar para nada mais reclamar, seja a qualquer título, em juízo ou foro dele; significando a presente transação e adesão na permuta de planos de benefícios, passando, a partir desta data, a ser sujeito de direitos e obrigações, única e exclusivamente em relação ao Plano TelemarPrev.

Expressando a minha livre vontade, de forma irrevogável e irretratável, sendo extensiva aos meus beneficiários e sucessores, assim o presente Termo de Adesão, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza os efeitos de direito.

O Plano anterior (PBS) se caracterizava como benefício definido.

Com a assinatura do Termo de Migração para o novo Plano (TelemarPrev), renunciou às regras do primeiro, anuindo com as condições deste último, na modalidade contribuição definida.

No novo Plano, os recursos são destinados de forma individual, ou seja, direcionados para cada contribuinte, ao contrário do que ocorre com o Plano de benefício definido.

O apelante afirma que mesmo tendo ocorrido migração, a regra de cálculo restou mantida, nos termos do Plano anterior, já que o art. 88, do novo Plano, incorporou a fórmula de cálculo do antigo Plano [...]

No entanto, somente até 01/08/2000 é que o apelante teve garantido o benefício saldado compatível com a sua situação no PBS.

Até porque, em agosto de 2000, o autor possuía 22 anos de vinculação ao Plano PBS e 45 anos de idade. Portanto, apesar de

# *Superior Tribunal de Justiça*

possuir mais de 10 (dez) anos de vinculação, quando houve a migração para o Plano TelemarPrev, não havia preenchido o requisito de idade mínima, conforme leitura do artigo 40 do Plano anterior (pasta nº 00152):

[...]

Destarte, em 01/08/2000, o benefício foi calculado proporcionalmente ao tempo de vinculação, considerando o início do recebimento apenas quando completado o requisito etário, e observando o fator de redução relativo a este requisito.

Como a aposentadoria foi concedida aos 55 anos de idade, aplicou-se novo fator de redução correspondente à antecipação do início do recebimento do benefício, já que ocorrida antes que o recorrente completasse 57 (cinquenta e sete) anos de idade.

Assim, diante do que foi exposto neste decisum, a sentença não merece reparo, pois, como bem ressaltado naquela peça, “o autor deu quitação quanto ao Plano anterior, não se justificando que pretenda receber uma das parcelas do benefício conforme previstas em um deles, e a outra parcela, pelo novo plano, pois o que ocorreria, em se admitindo, é que se constituísse uma nova regra, desprovida de cálculos atuariais e sem a participação de uma das partes.”.

Nesse particular, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, conforme se verifica:

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. AGRAVO INTERNO. PLANO DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA FACHESF. AUTONOMIA PATRIMONIAL ENTRE OS DIVERSOS PLANOS. EXISTÊNCIA. REGULAMENTO N. 1. ROMPIMENTO DO VÍNCULO CONTRATUAL. ULTERIOR VOLUNTÁRIO RETORNO DO EX-PARTICIPANTE, EM PLANO REGIDO PELO REGULAMENTO N. 2. PRETENSÃO DE CRIAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS HÍBRIDO, OBTENDO AS CONDIÇÕES CONTRATUAIS MAIS VANTAJOSAS DE CADA UM DELES. DESCABIMENTO. REGULAMENTO APLICÁVEL. VIGENTE, POR OCASIÃO DA ELEGIBILIDADE AO BENEFÍCIO, OU O DO NOVO PLANO DE BENEFÍCIOS, EM CASO DE PACTUAÇÃO PARA MIGRAÇÃO.

1. Não é concebível a invocação de dois regulamentos de planos de benefícios para reger a relação contratual, em verdadeira criação, na

verdade, de plano de benefícios híbrido. Com efeito, é nítida a lesão ao equilíbrio financeiro-atuarial do plano de benefícios, pois, malgrado o autor tenha rompido o vínculo contratual, com a superveniente adesão a plano de benefícios com regulamento próprio - ademais, com ulterior espontânea migração para um terceiro plano de benefícios -, foi acolhido o pedido exordial para ser imposto à entidade previdenciária, naquilo que mais benéfico ao autor, o regramento do plano primevo. 2. Ademais ainda que não tivesse havido o rompimento do vínculo contratual, "seja sob a égide da Lei nº 6.435/1977 (arts. 34, § 1º, e 42, IV) ou da Lei Complementar nº 108/2001 (arts. 4º e 6º) e da Lei Complementar nº 109/2001 (arts. 17 a 22), sempre foi permitido à entidade fechada de previdência privada alterar os regulamentos dos planos de custeio e de benefícios como forma de manter o equilíbrio atuarial das reservas e cumprir os compromissos assumidos diante das novas realidades econômicas e de mercado que vão surgindo ao longo do tempo. Por isso é que periodicamente há adaptações e revisões dos planos de benefícios a conceder, incidindo as modificações a todos os participantes do fundo de pensão após a devida aprovação pelo Órgão público fiscalizador" (REsp 1443304/SE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/5/2015, DJe 2/6/2015).

3. "Há independência patrimonial entre os diversos planos de benefícios - ainda que vinculados à mesma entidade de previdência privada -; 'mesmo nos planos de Benefício Definido, em que existe uma conta coletiva, não ocorre 'distribuição de renda', mas mutualismo, ou seja, todos os participantes encontram-se nas mesmas condições, repartindo os riscos envolvidos na operação" (CASSA, Ivy. Contrato de previdência privada. São Paulo: MP, 2009, p. 62- 83)" (EDcl no REsp 1376944/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 10/02/2016).

4. Conforme entendimento sufragado pela Segunda Seção, REsp 1.201.529-RS, se o autor da ação não se limita a pleitear prestações com base no contrato previdenciário em vigor quando se tornou elegível ao benefício, pretendendo alterar a base da relação jurídica entre as partes; modificar o próprio contrato em que assentado equilíbrio atuarial do plano de previdência, o que dependeria da anulação da avença, por vício de consentimento, cuida-se de pleito sujeito ao prazo de decadência de 4 anos (art. 178 do CC). (AgRg no REsp 1342496/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,

# *Superior Tribunal de Justiça*

QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 01/02/2016).

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.335.770/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 20/8/2019).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. MIGRAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS. CORREÇÃO DA RESERVA DE POUPANÇA POR ÍNDICES INFLACIONÁRIOS EXPURGADOS. SÚMULA N. 289/STJ. INAPLICABILIDADE. TRANSAÇÃO. VALIDADE. CDC. INAPLICABILIDADE. REGRAS DE HERMENÊUTICA JURÍDICA. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA POR DECISÃO DA SEGUNDA SEÇÃO.

[...] 2. A migração de um plano de benefícios para outro sem que ocorra desligamento deste não caracteriza resgate das contribuições, tornando indevida a correção da reserva de poupança pelos índices inflacionários relativos aos planos econômicos.

3. Deve ser privilegiada a transação por meio da qual o participante migra de um plano de benefícios para outro, auferindo vantagens existentes no novo plano e admitindo como findas todas as obrigações, responsabilidades ou efeitos decorrentes do disposto no plano anterior.

4. Tratando-se de relação com entidade de previdência privada fechada com participação ativa dos participantes na gestão do fundo de pensão, afasta-se a incidência do Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista o mutualismo e cooperativismo que rege a relação entre as partes.

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no AREsp 530.138/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 9/6/2015).

Assim, tendo a Corte de origem decidido em consonância com a orientação jurisprudencial firmada por este Tribunal Superior, deve ser mantido o acórdão recorrido em razão da incidência da Súmula 83/STJ.

Ademais, tendo o Tribunal de origem decidido a controvérsia com base nos regulamentos que regem os planos previdenciários sob enfoque, a modificação do acórdão recorrido é providência que esbarra no óbice da Súmulas 5 e 7/STJ. Nesse

# *Superior Tribunal de Justiça*

sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA. TRANSAÇÃO JUDICIAL. MIGRAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS. BRTPREV. OBSERVÂNCIA AOS TERMOS DE TRANSAÇÃO, REGULAMENTOS E NORMAS LEGAIS. RECONHECIMENTO PELA ORIGEM DO ATENDIMENTO ÀS NORMAS REGULAMENTARES E DEVIDA CORREÇÃO DOS VALORES RELATIVOS À RESERVA MATEMÁTICA DE TRANSFERÊNCIA. INSINDICABILIDADE. ATRAÇÃO DOS ENUNCIADOS 5 E 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ATRAÇÃO DO ENUNCIADO 211/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no REsp 1.540.891/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 25/4/2016).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora